

Igreja Evangélica Assembleia de Deus: movimento, continuidade e mudanças

Do ponto de vista populacional, é o maior grupo dentre todos os evangélicos brasileiros. Adquiriram, portanto, espaço político e social, gerando dessa forma visibilidade na sociedade mais ampla. Modificaram-se amplamente nas suas principais características: doutrinarismo espiritual, nos usos e costumes e na prática política partidária.

Jonatas Silva Meneses

Doutor em Ciências Sociais – Antropologia – pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

1. Introdução

O movimento pentecostal, iniciado nos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XIX, gerou diversos grupos que se espalharam por vários países, sempre sob argumentos sobrenaturais (visões) e a necessidade de expansão do Reino de Deus – Teologia do Destino Manifesto (MENDONÇA, 1995). As visões e a necessidade de expansão apresentavam essas regiões como espaços merecedores da ação espiritual salvadora do atraso e do fanatismo religioso. Com o Brasil, não foi diferente. Por aqui, os precursores desse movimento religioso foram dois suecos e um italiano, vindos dos Estados Unidos com a missão de implantar uma nova ordem religiosa fundamentada na contemporaneidade dos dons espirituais: a glossolalia, os dons de cura divina, os dons de profecia etc. As Igrejas Congregação Cristã no Brasil, em 1910, e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, em 1911, foram iniciadoras desse movimento, rompendo, a primeira, com a Igreja Presbiteriana Independente no Brás em São Paulo (SP); e a segunda, com a Igreja Batista em Belém (PA).

Neste artigo, trabalharei, especificamente, com a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, que será simplesmente denominada nas linhas seguintes de AD e os seus fiéis tratados como assembleianos. As justificativas para esta escolha são sobejamente confirmadas: por ser o grupo evangélico com maior representatividade

JONATAS SILVA MENESES

numérica em todo o território nacional – os últimos censos a colocam em primeiro lugar dentre todos os evangélicos brasileiros (evangélicos históricos e pentecostais), hoje com 12,3 milhões de fiéis espalhados pelos diversos ministérios (censo de 2010), ou, para ser mais preciso, 12.314.410 assembleianos; por estar distribuída em todos os Estados e Municípios brasileiros. Por isso, dentro desse quadro com números tão significativos, parece-nos relevante analisar as principais mudanças ocorridas ao longo dos últimos cem anos – mudanças em relação ao uso e evidência dos dons carismáticos; mudanças nos usos e costumes, antes recatados e excludentes, mas que nas duas últimas décadas têm se modificado em total adequação aos modelos da modernidade; mudanças nas práticas políticas no universo da prática partidária, agora bem mais flexível. É imperioso também destacar o centenário dessa organização reconhecidamente importante no interior do campo religioso brasileiro, ocorrido em 18 de junho de 2011.

2. A AD: Surgimento, consolidação e pulverização em ministérios

A AD das primeiras décadas do século XX se caracterizou pelo uso intensivo da glossolalia (falar línguas estranhas), que se tornou, ao longo dos últimos 100 anos, sua principal marca distintiva; pela mensagem direcionada aos mais pobres da população, mesmo que se reconheça nos dias atuais um direcionamento mais sistemático às camadas médias; pela ferrenha defesa de costumes diferenciados daqueles praticados pela maioria da população (roupas, formas de uso dos cabelos, abstenção dos lazeres predominantes, como também a reclusão de envolvimento político partidário, tratado como prática demoníaca).

Ao longo dos anos, essas marcas foram referências distintivas do grupo em relação à sociedade e, sobretudo, em relação a outros segmentos religiosos predominantes: o catolicismo romano e o protestantismo histórico. A origem da AD se deu a partir do confronto entre os que praticavam uma religiosidade tradicional conservadora, os evangélicos históricos e, entre os fiéis capitaneados pelos suecos no Pará vindos na condição de missionários dos Estados Unidos da América, que apresentaram um novo modelo de religião, em que se destacava, principalmente, o dom de falar línguas estranhas.

Esses religiosos se destacaram, na segunda década do século XX, nas regiões Norte e depois Nordeste. Nas décadas seguintes – 1930 e demais –, a AD se sobressaiu, imprimindo um ritmo forte de crescimento, alcançando as outras regiões do país, superando, em número de fiéis e de igrejas, os evangélicos históricos. Ressalte-se que desde a década de 1970 a AD, em todos os censos, tem se apresentado como a maior denominação evangélica do Brasil e, para orgulho dos seus praticantes, o movimento continua e em ascensão.

O crescimento utilizado como feito grandioso pela denominação também trouxe conflitos e, desde a primeira cisão, as portas se abriram para o surgimento dos vários ministérios, ou simplesmente grupos independentes das grandes convenções. Assim, até a década de 1980, a marca Assembleia de Deus existiu vitoriosa e homogênea, ou seja, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), com

sua estrutura monolítica e caudilhista (FREESTON, 1994), atuou absoluta, mesmo que isso não significasse a ausência total de dissensões no seu interior. Tanto é assim que, em 1989, houve a ruptura oficial e a formação de uma nova convenção, a CONAMAD (Convenção das Assembleias de Deus no Brasil, Ministério de Madureira) que, em 2005, já possuía em torno de cinco milhões de fiéis.

Esse fato foi desencadeador de rupturas pelo Brasil afora – novos ministérios foram sendo criados, quase sempre sob o argumento do retorno aos antigos paradigmas ameaçados pelos ventos da modernidade religiosa ou secular: dons da cura dos pentecostais de cura divina (Igrejas Deus é Amor, do Evangelho Quadrangular e o Brasil para Cristo); Teologia da Prosperidade dos neopentecostais (Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus e, mais recentemente, Igreja Mundial do Poder de Deus); emergentes estilos musicais ou usos e costumes; ou, também, muito fortemente, em virtude das disputas pelo poder eclesiástico, a formação de uma nova igreja onde um caudilho insatisfeito com a liderança do seu grupo rompe com o mesmo, fundando outro ministério. Sublinhemos que esses diferentes conjuntos religiosos, surgidos no interior da Igreja Mãe, não abdicam da marca Assembleia de Deus.

Ressalte-se que o poder centralizador da AD, em que se destaca a figura do Presidente do Ministério que o exerce de forma episcopal, nunca foi impeditivo dos cismas internos e nem do surgimento de mais igrejas, sempre, ou quase sempre, mantendo a marca Assembleia de Deus na afixação de um novo grupo. A justificativa para demandas e cisões pode ser encontrada na total liberdade dos fiéis na relação com os dons espirituais. Se por um lado há restrições na estrutura eclesiástica, onde um Pastor exerce o poder monoliticamente, na parte espiritual, o Espírito Santo é apresentado como o instrumento de possíveis e necessárias mudanças, isto é, como a inegável liderança religiosa, como o profeta no sentido da acepção weberiana (WEBER, 1991). Assim, o fiel provido de carisma se apresenta e apresenta ao grupo a mensagem que considera benéfica e forma uma nova igreja, sempre na perspectiva de que Deus age aqui e agora, sendo, portanto, contemporâneo. Essa visão é totalmente diversa das possibilidades predominantes no universo evangélico histórico, que é marcado pela busca duradoura (a vida toda) da santificação.

Vale a pena ressaltar que, mesmo havendo insatisfação com as rupturas cada vez mais frequentes, os assembleianos também se vangloriam desse fenômeno e afirmam, por conta da proliferação da marca, que a «AD É COMO FARMÁCIA, TEM EM TODO LUGAR». Ou seja, entendem os seus dirigentes que a pulverização, antes de ser uma mazela, é um sinal evidente da força do grupo e, principalmente, geradora de crescimento no interior do campo religioso brasileiro. A proliferação dos chamados ministérios ou grupos independentes no interior das Assembleias de Deus é fato, basta constatar a diversidade e subdivisões, que apresentam, além das tradicionais CGADB e CONAMAD, algumas dezenas de pequenos e médios grupos espalhados pelo Brasil. As Igrejas e Ministérios a seguir são representativos dessas cisões: Igreja Assembleia de Deus Ministério Vitória em Cristo, Igreja Pentecostal Assembleia de Deus Ministério Restauração, Igreja Assembleia de Deus Ministério Perus, Igreja Assembleia de Deus Ministério Nordeste, Igreja Assembleia de Deus Ministério Sergipe e muitos outros ainda não devidamente catalogados.

3. *A assembleia de deus e a dinâmica social: mudanças em profissão*

Segundo Berger (1996), as tradições religiosas só podem ser compreendidas se o contexto histórico da sua construção e consolidação for devidamente levado em consideração. Isso significa considerar que as práticas religiosas são resultantes das trocas temporais e espaciais inerentes à dinâmica social. Falar, portanto, em tradições, é falar de fenômenos em constante processo de mudanças, ou seja, fenômenos misturados, sincretizados, hibridizados, produtos que se reinventam nos movimentos da sociedade, caracterizados pelas permanências, mas, sobretudo, pelas rupturas. Antônio Flávio Pierucci, citando Weber, afirma o seguinte: «O INTERESSE PRINCIPAL DE WEBER ESTÁ NA RELIGIÃO COMO UMA FONTE DE DINÂMICA DA MUDANÇA SOCIAL, NÃO NA RELIGIÃO COMO UM REFORÇO DA ESTABILIDADE DAS SOCIEDADES.» (PIERUCCI, 2006). É assim que pensamos a AD e as mudanças que serão brevemente apresentadas e analisadas. Não como dissensões impuras, destoando da verdade das práticas originais, mas, como efeito dos seus processos de reinvenção, conseqüentemente, de trocas ininterruptas com todos os grupos e fenômenos sociais com os quais interage bem ao gosto daqueles que consideram o Brasil um país do sincretismo (BIRMAN, 2011).

3.1. Mudanças em relação ao uso e evidência dos dons carismáticos

O movimento de origem da AD na Cidade de Belém, no Estado do Pará, em 1911, se originou do atrito entre os missionários suecos, com mensagem pentecostal respaldada «NA ATUALIDADE DOS MILAGRES RELATADOS NO CAPÍTULO 2 DO LIVRO ATOS DOS APÓSTOLOS» (BELLOTTI, 2010, p. 61) e a Igreja Batista, tradicional, que ensinava a busca da santidade mais rotineira e ao longo da vida. Esses missionários ensinavam que o fiel deve abrir espaços nas suas vidas para a ação permanente do Espírito Santo e os seus conseqüentes resultados no cotidiano (MAFRA, 2001). Dentre os dons espirituais apresentados como necessários para a consolidação de uma vida de santidade, a glossolalia, ou o falar línguas estranhas, foi o de maior destaque, o mais evidenciado, ao ponto de se tornar a marca mais distintiva dos assembleianos na relação com os demais fiéis e demais denominações. Essa marca, tornada ideologia pentecostal na relação com os outros religiosos, impôs forte oposição entre as práticas consideradas sagradas e as práticas tratadas como profanas. Ter esse sinal, o dom de falar em línguas ou o batismo com o Espírito Santo e com o fogo, significava estar num patamar superior e de mais privilégios na relação com Deus, enquanto que aqueles considerados sem essa distinção seriam meros coadjuvantes no trato com as coisas sagradas, como também no trato com a estrutura eclesiástica do grupo.

Os religiosos pentecostais assembleianos continuam defendendo e praticando essa «ECLESIOLOGIA» (CAMPOS, 2002), isto é, o dom carismático da glossolalia permanece distinguindo-os de outras ideologias e de outros grupos religiosos, contudo, esse «DIÁLOGO COM DEUS» acha-se mais pulverizado com outras práticas, como o dom da cura divina e a teologia da prosperidade.

É corrente na academia a já clássica designação das três ondas pentecostais. Desenvolvida por FRESTON (1994) e reinterpretada por CAMPOS (1997) e MARIANO

(1999), essa designação apresenta esse fenômeno de forma cronológica: primeira onda ou pentecostalismo clássico; segunda onda, pentecostalismo de cura divina ou deuteropentecostalismo; terceira onda, pentecostalismo autônomo ou neopentecostalismo. Além da cronologia que marca a primeira onda a partir de 1910, a segunda onda a partir da década de 1950 e a terceira onda a partir da década de 1970, essa classificação também estabelece os dons e/ou práticas mais evidentes em cada grupo: glossolalia para os de primeira onda, cura divina para os de segunda onda e a teologia da prosperidade e batalha espiritual para os de terceira onda.

Assim, o campo religioso brasileiro pentecostal, dominado até a primeira metade do século XX pelo paradigma da glossolalia, se transformou e se viu invadido pela avalanche dos pentecostais de segunda onda e pela ação dos pentecostais que possuíam os dons da cura divina. Como também, a partir da década de 1970, pela teologia da prosperidade e batalha espiritual capitaneada pela Igreja Universal do Reino de Deus. Portanto, um novo contexto foi gradativamente construído – agora não mais a supremacia quase exclusiva da glossolalia como marca dos pentecostais, mas novos dons e novas práticas passaram a ser incorporadas, modificando as já existentes e suscitando novas possibilidades.

Esses pentecostais com outras feições, os de cura divina (segunda onda) e os neopentecostais (terceira onda), tanto usavam a glossolalia quanto evidenciavam a cura divina e a teologia da prosperidade. Já os assembleianos (primeira onda), no bojo da competição no interior do campo religioso brasileiro, se viram na obrigação de flexibilizar a sua marca principal e passaram a incorporar os novos paradigmas. É muito comum nos novos grupos assembleianos a constatação de líderes que não têm qualquer constrangimento em apregoar o ritual da cura divina – sempre usaram, só que agora mais intensamente – nos seus cultos e muito menos o de evidenciar a teologia da prosperidade tão comum e tão cara aos neopentecostais.

Mesmo que se considere a classificação em ondas importante para um determinado momento dos estudos sobre os pentecostais, há que se considerar também que os contextos contemporâneos não mais permitem o engessamento dos grupos por essa ou aquela prática exclusivista. O princípio desse novo pentecostalismo se fundamenta na tese defendida por BOURDIEU (1999, p. 50):

(...) AS RELAÇÕES DE TRANSAÇÃO QUE SE ESTABELECEM, COM BASE EM INTERESSES DIFERENTES, ENTRE OS ESPECIALISTAS E OS LEIGOS, E AS RELAÇÕES DE CONCORRÊNCIA QUE OPÕEM OS DIFERENTES ESPECIALISTAS NO INTERIOR DO CAMPO RELIGIOSO, CONSTITUEM O PRINCÍPIO DA DINÂMICA DO CAMPO RELIGIOSO E TAMBÉM DAS TRANSFORMAÇÕES DA IDEOLOGIA RELIGIOSA.

Assim, os assembleianos se apropriaram das novas práticas e, buscando a felicidade e o bem-estar, continuaram as suas trajetórias de crescimento com ousadia e coragem, agora hibridizando a sua marca principal, a glossolalia, com os dons evidenciados pelos religiosos de segunda e terceira ondas.

3.2. Mudanças nos usos e costumes

Qualquer acadêmico minimamente esclarecido sobre os estudos de religião no Brasil é capaz de perceber que a AD e os seus fiéis mudaram substancialmente no

JONATAS SILVA MENESES

que tange aos usos e costumes nas últimas quatro décadas. Até a década de 1970, era muito comum e sabido por muitos que os assembleianos eram proibidos do acesso à televisão, ainda em fase experimental em alguns estados brasileiros; ao uso do rádio, para determinados objetivos como, por exemplo, ouvir as narrativas esportivas e, quanto às mulheres, estas eram proibidas de cortar os cabelos, de realizar depilação e de usar maquiagem. As músicas permitidas eram, exclusivamente, as consideradas sacras; os ornamentos femininos eram também vetados (pulseiras, anéis e brincos), como de resto tudo que tivesse qualquer relação com as coisas consideradas «MUNDANAS». Essas interdições colocavam os assembleianos em estado permanente de reclusão na relação com a sociedade brasileira, tornando-os um grupo sectário, à semelhança dos fiéis da Igreja Congregação Cristã no Brasil, que não participavam dos eventos culturais regionais, tratados como blasfêmia a Deus e também não casavam fora do grupo de fé, por considerarem comportamento perigoso à preservação do estado de pureza da denominação.

Os tempos mudaram e os assembleianos também mudaram sem que essas mudanças implicassem em maiores rupturas, ratificando a tese de que os fenômenos sociais – os religiosos estão aí incluídos – padecem de certas ambiguidades que não afetam o movimento: continuidade e mudanças, unidade e diferenças, hierarquia e solidariedade, ordem e caos, regularidades e às exceções (DROOGERS, 1987). Como já dissemos, um exemplo bem emblemático dessas transformações é a passada e ferrenha oposição aos meios de comunicação de massa, principalmente à televisão, e hoje efusiva e diversa ocupação desse tipo de mídia pelos fiéis mais novos. Hoje, lideranças assembleianas ocupam canais de TV (aluguel de horários nas televisões abertas) e até redes próprias no sistema a cabo ou via satélite (Rede Boas Novas de Televisão). A televisão, que antes era tratada como instrumento do demônio para escravizar o fiel, agora é lida como instrumento fundamental para a transmissão da mensagem pentecostal. Essa mensagem é traduzida numa clara e manifesta competição no mercado de bens simbólicos com os grupos neopentecostais, garantindo, dessa forma, que os assembleianos persistam na caminhada de salvaguarda da hegemonia no interior do campo religioso evangélico brasileiro.

Nessa mesma toada, está também a relação do assembleiano com os usos e costumes. Se as ideias abarcadas no pentecostes (glossolalia e batismo no Espírito Santo) fundaram forte oposição entre as coisas sagradas e as coisas profanas, os novos tempos – tempos de mudanças e de adequações sociais – trataram de suavizar as diferenças entre essas variáveis, em que o sagrado já não se apresenta como tão sagrado ou pelo menos com a mesma contundência que tinha antes; e o profano, na mesma proporção, também já não se apresenta como tão profano, permitindo, assim, que as mudanças acontecessem sem maiores dificuldades. Assim, o corte de cabelo, a depilação, a maquiagem e o lazer (o cinema, a música, o futebol e outros esportes) não mais se apresentam como demoníacos e passam a ser mais tolerados. Essa tolerância passou a ser maior na mesma proporção que também passou a ser maior a participação das camadas médias em igrejas e/ou ministérios da AD. É claro que essas mudanças contribuíram para o acirramento de disputas e de eventuais cisões com formação de novas igrejas, numa clara evidência da inexistência de homogeneidade no movimento.

As mudanças aconteceram, satisfações e insatisfações foram consequências quase

que naturais do processo. A esse respeito, Balandier afirma o seguinte: «AS SOCIEDADES DA MODERNIDADE ATIVADA CARREGAM CONSIGO O CONTRASTE, A CONTRADIÇÃO, A CONFUSÃO RESULTANTE DAS MUDANÇAS ACUMULADAS E CADA VEZ MENOS CONTROLADAS, BEM COMO OS MOVIMENTOS QUE AFETAM AS PROFUNDEZAS DO SOCIAL? (1997, p. 268). Nessa modernidade ativada, citada pelo autor, se incluem, obviamente, a religião e os seus processos de mudanças. Contudo, mesmo que se considere a existência do contraste, da contradição e até da confusão, os assembleianos souberam, como ninguém, capitalizar o novo contexto marcado pelas profundas e permanentes transformações, ou seja, um contexto marcado por cisões que geraram mais e mais membros e mais e mais igrejas em todos os rincões brasileiros. Se antes a AD já usufruía os privilégios de ser grande, nas três últimas décadas, o crescimento se intensificou, distanciando-se cada vez mais dos evangélicos históricos e dos grupos neopentecostais.

Esses acontecimentos de mudanças profundas no meio da comunidade evangélica da AD são reflexos de uma modernidade marcada pela capacidade permanente de pluralizar as suas práticas, mesmo no interior de um grupo que se define homogêneo na relação com a marca Assembleia de Deus. Em livro recente, Peter Berger e Anton Zijderveld assim se manifestam a respeito dessa temática:

NÃO É DIFÍCIL ENTENDER AS RAZÕES PELAS QUAIS A MODERNIDADE PLURALIZA: AO LONGO DA MAIOR PARTE DA HISTÓRIA, A MAIORIA DOS SERES HUMANOS VIVIA EM COMUNIDADES CARACTERIZADAS POR UM GRAU EXTREMAMENTE ELEVADO DE CONSENSO COGNITIVO E NORMATIVO – ISTO É, QUASE TODAS AS PESSOAS TINHAM EM COMUM AS MESMAS PREMISSAS SOBRE COMO É O MUNDO E COMO É NECESSÁRIO SE COMPORTAR NELE. (BERGER E ZIJDERVELD, 2012, p. 8).

Com a retração dos consensos cognitivos e normativos, também no interior dos grupos religiosos, a tendência foi e tem sido a intensificação das transformações em todos os espectros da vida intra-religiosa.

3.3. Mudanças nas práticas políticas no universo da prática partidária

Esse tema tem sido dos mais frequentados pelos estudiosos da religião no Brasil. Paul Freston, Leonildo Silveira Campos, ambos já citados neste artigo e Joanildo Burity são proeminentes no trato desse assunto, isto é, no que diz respeito à política partidária e os evangélicos de todos os matizes denominacionais. A esse respeito assim se expressa CAMPOS (2012):

AO LONGO DESSA HISTÓRIA SESQUICENTENÁRIA, OS EVANGÉLICOS BRASILEIROS PASSARAM DO DISCURSO DA MODERNIDADE, QUE TENTAVA SEPARAR “RELIGIÃO” DE “POLÍTICA”, PARA ADOPTAR OUTRO CUJAS FRONTEIRAS SE BORRARAM E CONSCIENTEMENTE SE INTERPENETRAM. É NESSE CONTEXTO QUE SURGEM SLOGANS OU PALAVRAS DE ORDEM COMO ESTES: “DEUS O QUER”; “VAMOS CONQUISTAR O ESPAÇO POLÍTICO PARA JESUS”; “VAMOS EXORCIZAR OS PODERES DEMONÍACOS EXISTENTES NA REPÚBLICA”; “HEI! HEI! JESUS É NOSSO REI” OU “EVANGÉLICOS VOTAM EM EVANGÉLICO” (p. 150).

Desse modo, no texto em foco, não estou interessado nos quase seiscentos anos de protestantismo reformado, como também não estou interessado em todos os matizes denominacionais desse ramo cristão instalado no Brasil. O meu interesse con-

JONATAS SILVA MENESES

forme apresentado na introdução é analisar o trato da política partidária no âmbito da Igreja Evangélica Assembleia de Deus nos últimos quarenta anos. Meneses (1995:38), em dissertação de mestrado sobre o tema afirma o seguinte:

É COMUM SE PENSAR A PRÁTICA DE VIDA DOS ASSEMBLEIANOS COMO DESPROVIDA DE INTERESSES POLÍTICOS OU DE, NO MÍNIMO, PENSÁ-LOS COMO ALIENADOS, EM VIRTUDE DE UMA OPÇÃO DECLARADA DE «AFASTAMENTO DO MUNDO». O DELIBERADO «AFASTAMENTO DO MUNDO» COM A CONSEQÜENTE EXCLUSÃO DAS COISAS CONSIDERADAS PROFANAS (E AÍ SE INCLUI A PRÁTICA POLÍTICA) PERMITIU A CONSTRUÇÃO DE RÓTULOS QUASE SEMPRE DEPRECIATIVOS.

Os assembleianos, no enredo da política partidária brasileira, continuaram ao longo dos primeiros oitenta anos de organização declarando esse afastamento do mundo da política, mesmo que nos bastidores as lideranças eclesiais fizessem os acordos e apoiassem candidatos em troca de favores pessoais (cargos públicos e/ou empregos para os fiéis) ou por conta do pseudo interesse da denominação (apoio para convênios às entidades de assistência social do grupo ou votações de temas polêmicos no âmbito do Congresso Nacional). Assim, essas predileções políticas, que não eram de modo algum gratuitas, eram criticadas pela sociedade que continuou a identificar os assembleianos como alienados e aliados de conveniência da direita brasileira.

O tempo passou e o «TREM DA HISTÓRIA» também afetou os vagões da AD, que cresceu e se consolidou como a maior força evangélica brasileira. Mesmo que se queira minimizar a força desses religiosos no contexto das décadas anteriores a 1980 – antes eles já se apresentavam com força social – hoje, com os seus mais de 12,3 milhões de fiéis, é impossível não vê-los também como pujança política a ser reverenciada: as lideranças e os partidos políticos veem isso com interesse cada vez mais redobrado e, para tanto, aceitam as suas candidaturas ou estabelecem alianças partidárias.

A partir de 1980, os discursos e os exercícios políticos se redefiniram. Se antes a política era vista como elemento estranho ao contexto espiritual, e as participações das lideranças eram rejeitadas, com a redemocratização do país, consolidada com a saída dos militares do poder em 1985, esses religiosos passaram a incentivar o interesse pela política partidária. Naquele momento da redemocratização, o argumento foi o de cercar interesses católicos durante o processo constituinte de preparação da nova constituição. Diziam então os assembleianos: é preciso eleger os nossos candidatos para barrar a exaltação católica contra os interesses evangélicos. Entendia a AD – e também outros grupos evangélicos – que a Igreja Católica estava montada para definir, mais uma vez, o catolicismo como religião oficial dos brasileiros.

Se havia esse interesse dos católicos, isso nunca se realizou por meio de propostas ou mesmo de ideias que tenham sido concretizadas, mas foi o argumento principal para as mudanças nos encaminhamentos políticos pretendidos e colocados em prática a partir do processo eleitoral de 1984. As grandes convenções da Igreja Assembleia de Deus pregaram por todo o país a necessidade de lançamento de candidaturas próprias. Em algumas convenções regionais, foi necessária a realização de plebiscito para escolha dos candidatos, tendo em vista o grande número de interessados – este foi o caso, por exemplo, do Estado de Sergipe. O objetivo naquela opor-

tunidade foi de eleger ao menos um Deputado Federal por Estado da Federação. O resultado não foi o pleiteado, mas atendeu plenamente os interesses da denominação: 14 (quatorze) Deputados Federais eleitos em 13 (treze) Estados diferentes – além dos que ficaram na situação de suplentes e assumiram em algum momento o mandato em substituição do titular –, formando, naquela oportunidade (eleição do Congresso Nacional com tarefas constituinte em 1986), o maior grupo de evangélicos eleitos por uma denominação.

Após o pleito de 1984, os assembleianos não pararam mais, ampliando a participação nas lides políticas municipais e estaduais (Vereadores e Deputados Estaduais), chegando, em algumas localidades, aos cargos majoritários (Senadores, Prefeitos e até Governadores). Isso no âmbito da participação direta como candidatos, tendo em vista que lideranças e entidades não se resignaram do direito e do dever de participar dos grandes debates nacionais: drogas, aborto, união homoafetiva, eleição presidencial etc., marcando ou tentando marcar posições específicas no Congresso Nacional e nas mídias disponibilizadas, principalmente nas redes sociais. Por conta dessas mudanças, seria possível identificar dezenas e até centenas de candidatos aos cargos proporcionais e/ou majoritários em todas as cidades brasileiras, ou então, lideranças que, usando a sua força e prestígio, posicionam-se contra ou a favor dessa ou daquela candidatura em cidades importantes do país. O caso mais recente ocorre em São Paulo, onde liderança da AD de Ministério recém criado divulga um discurso contra o candidato do PT (Partido dos Trabalhadores) naquele município. Dessa forma, é possível reconhecer que as mudanças vieram para ficar na questão da participação desses religiosos na política partidária, sem que isso signifique, como nas demais mudanças aqui tratadas, que a unanimidade seja a marca principal.

4. Conclusão

Os assembleianos representam marca importante no interior do campo religioso brasileiro. Do ponto de vista populacional, é o maior grupo dentre todos os evangélicos brasileiros. Adquiriram, portanto, espaço político e social, gerando dessa forma visibilidade na sociedade mais ampla. Modificaram-se amplamente nas suas principais características: doutrinário espiritual, nos usos e costumes e na prática político partidária.

As mudanças não geraram sentimentos menores de diminuição de pureza e, no máximo, quando isso aconteceu, as cisões foram inevitáveis, somando novos grupos independentes das grandes convenções, mantendo, contudo, a marca Assembleia de Deus, numa evidente demonstração de pujança da organização, mesmo na modernidade, considerada por alguns, arredia aos ditames da religião. Assim, religião, para os assembleianos e para tantos outros grupos pentecostais e neopentecostais, continua em alta.

5. Bibliografia

- BALANDIER, Georges, *O contorno, poder e modernidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, 149 pp.
- BELLOTTI, Karina Kosicki, «Pluralismo Protestante na América Latina», in *Religião e Sociedade na América Latina*, Eliane Moura da Silva, Karina Kosicki Bellotti e Leonildo Silveira Campos (organizadores), São Bernardo do Campo (SP), Universidade Metodista de São Paulo, 2010, 199 pp.
- BERGER, Peter L., *Rumor de anjos*, Petrópolis, Vozes, 1996, 37 pp.
- BERGER, Peter & ZIJDERVELD, Anton, *Em favor da dúvida: Como ter convicções sem se tornar um fanático*, Tradutor Cristina Yamagami, Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, 171 pp.
- BIRMAN, Patrícia, «Só Deus resolve: Desafios evangélicos à ordem mundana», in *Religião e Cidadania*, Joanildo Burity e Péricles Andrade (organizadores), São Cristóvão (SE), Editora UFS; Recife (PE), Fundação Joaquim Nabuco, 2011, 276 pp.
- BOURDIEU, Pierre, *Economia das trocas simbólicas*, 5.^a ed., São Paulo, Perspectiva S/A, 1999, 424 pp.
- CAMPOS, Bernardo, *Da reforma protestante à pentecostalidade da Igreja: Debate sobre o Pentecostalismo na América Latina*, Tradução de Walter Altmann, São Leopoldo (RS), Sinodal, Quito, CLAIU, 2002, 104 pp.
- CAMPOS, Leonildo Silveira, *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*, Petrópolis, Vozes, São Paulo, Simpósio e Universidade Metodista de São Paulo, 1997, 502 pp.
- DROOGERS, André, «A Religiosidade Mínima Brasileira», in *Revista Religião e Sociedade* (14/2), Rio de Janeiro (RJ), ISER/CER, 1987, 62-87 pp.
- FRESTON, Paul, *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*, Campinas, **T nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**, Petrópolis, Vozes, 1994. Tese (Doutorado em Sociologia), IFCH-Unicamp, 1993, 308 pp.
- MAFRA, Clara, *Os evangélicos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001, 88 pp.
- MARIANO, Ricardo, *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*, São Paulo, Loyola, 1999, 246 pp.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa, *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*, São Paulo, Associação Literária Pendão Real, 1995, 372 pp.
- MENESES, Jonatas Silva, *A participação política da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Estado de Sergipe: Estratégias e ações para um projeto político*, Dissertação de Mestrado, Salvador (BA), UFBA (Universidade Federal da Bahia), 1995, 141 pp.
- PIERUCCI, Antônio Flávio, «Religião como solvente: Uma aula», in *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n.º 75, São Paulo (SP), 2006, 11-127 pp.
- WEBER, Max, *Economia e sociedade*, Brasília, Universidade de Brasília, v. 1, 1991, 464 pp.